

Aparência e competência em Educação Especial

As pessoas apresentam infinitas diferenças umas em relação às outras. A grande maioria dessas diferenças, mesmo que sejam evidentes e notáveis, é aceita como algo inteiramente normal dentro da diversidade de características entre as pessoas. Algumas diferenças, entretanto, chamam especial atenção. Ao longo da história da humanidade, certas diferenças têm sido objeto de atenção especial, seja de admiração e respeito seja de temor e desconfiança. Os atributos ou os comportamentos que têm merecido esse destaque especial não são os mesmos em diferentes épocas ou diferentes grupos sociais.

Isso sugere que não é algum atributo ou comportamento que tem inerente nele esse caráter algo especial. Depende de como esse atributo ou comportamento é interpretado pelo grupo social. Em função dessa interpretação é que um atributo ou um comportamento adquire o sentido de desvio ou de deficiência. Segundo Becker (1977), o desvio não pode ser explicado pelos fatores de personalidade nem pelas situações de vida das pessoas consideradas desviantes, pois ele é criado pela sociedade. Na perspectiva desse autor, “os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes” (p.60). Portanto, um atributo ou um comportamento considerado desviante num grupo social não o é necessariamente em outros grupos sociais de que o mesmo indivíduo faz parte.

As pessoas parecem entender que um determinado atributo é por si só desviante porque não está de acordo com a norma ou há expressiva discrepância em relação à média do grupo; podem considerar também um determinado comportamento como sendo por si só desviante porque quebra alguma regra do grupo. Entretanto, quando esse grupo criou suas normas e regras, na realidade, criou junto a possibilidade de existirem respectivos desvios. Além disso, esse atributo ou comportamento que não está de acordo com normas ou regras do grupo pode ser considerado desviante ou não dependendo de outras condições,

Sadao Omote

*Docente da Universidade
Estadual Paulista — campus
de Marília*

destacando-se aí especialmente outras qualidades da pessoa cujo atributo ou comportamento está em julgamento, o *status* de quem faz o julgamento e as circunstâncias nas quais ocorre esse julgamento. Um mesmo comportamento pode, portanto, ser considerado desviante ou não dependendo de quem é o ator, quem é o juiz e qual é o contexto no qual ocorre esse julgamento.

Assim, uma dificuldade em lidar com os números pode ser interpretada como sinal de alguma coisa muito grave, talvez deficiência mental a requerer o encaminhamento a classe especial, se manifestada por uma criança de classe desprivilegiada e julgada pelo seu professor no contexto de uma escola pública de periferia. A mesma dificuldade pode ser considerada algo totalmente irrelevante pelos pais dessa criança no contexto das atividades cotidianas de sobrevivência. O mesmo tipo de dificuldade manifestada por uma outra criança, no contexto de uma escola particular de classe média, pode ser interpretada como sinal de algo grave, mas não tão ofensivo como deficiência mental; talvez um distúrbio de atenção a ser tratado em alguma clínica psicopedagógica.

Em relação às condições tradicionalmente tratadas como deficiências, no contexto da Educação Especial, diversos autores têm desenvolvido pesquisas dentro desse raciocínio básico de que a deficiência não é simplesmente uma qualidade presente no organismo ou no comportamento da pessoa considerada deficiente, mas se define pela natureza da relação entre esta e quem a considera deficiente. Alguns autores têm enfatizado o papel dos outros na definição da deficiência. Assim, Bartel e Guskin (1980) apontaram que as importantes diferenças encontradas nas pessoas deficientes, comparativamente às não deficientes, eram antes reações dos outros que características dos próprios deficientes. Erikson (1962) e Hepburn (1975) enfatizaram que uma das variáveis críticas no estudo da deficiência era a audiência.

Os estudos realizados por Mercer (1973) mostraram uma desproporção inaceitável de crianças de origem negra, mexicana e branca em classes especiais para deficientes mentais, comparativamente à proporção de pessoas pertencentes a esses grupos étnicos na população geral da comunidade pesquisada. Essa desproporção ocorreu no sentido de super-representar as crianças de origem negra e mexicana e sub-representar as crianças brancas na população de alunos de classes especiais para deficientes mentais. Tudo isso pode ter ocorrido como decorrência de um viés etno-cultural no procedimento educacional. Assim é que Mercer (1975) insistiu na necessidade de que a experiência sócio-cultural da criança fosse levada em conta na interpretação dos resultados de testes psicológicos e na tomada de decisões sobre os programas educacionais a ela destinados, no sentido de eliminar ou minimizar esse "racismo institucional".

As pesquisas dentro dessa perspectiva têm-se orientado para as reações das pessoas que fazem o julgamento, em função de determinadas qualidades das pessoas cujo comportamento ou atributo está sendo julgado. Além dos estudos de Mercer (1973) que demonstraram o efeito das condições etno-culturais das crianças, no sentido de enviesar o julgamento de seus comportamentos, outros demonstraram a existência de viés nesse tipo de julgamento devido às condições sócio-econômicas das crianças (Neer, Foster, Jones e Reynolds, 1973; Rubin, Krus e Balow, 1973). Esse tipo de viés de origem sócio-econômica no julgamento da deficiência mental é tão comum que Hobbs (1974) afirmou que o "*status* sócio-econômico da criança introduz um viés sistemático" (p. 29). No estudo realizado por Schneider (1974), os professores fizeram referência frequentemente à aparência do aluno para justificar a razão de estar considerando-o deficiente.

Essas investigações todas indicam que determinadas qualidades da criança podem

contribuir decisivamente para que os comportamentos dela sejam interpretados como sendo expressão ou não da deficiência. A aparência física da pessoa — incluindo aspectos relativos a roupas, físico, rosto, cabelo e mãos — parece desempenhar aí um papel crítico, no sentido de que informa muita coisa a respeito dessa pessoa. Steffensmeier e Terry (1973) demonstraram, em um estudo de campo realizado em lojas, que as pessoas que eram vistas roubando alguma mercadoria eram denunciadas mais freqüentemente quando estavam vestidas como “hippie” do que quando estavam vestidas de modo considerado respeitável.

Durante a interação, as pessoas olham principalmente para os rostos umas das outras, de tal maneira que o rosto pode ser considerado o item mais importante a ser levado em conta no estudo das influências exercidas pela aparência física (Argyle, 1976). Nas mais variadas culturas, o rosto tem merecido atenção e cuidado especiais. A manipulação da aparência mediante modificações de partes do rosto, usando pintura, cosméticos ou adereços, é uma prática antiga e presente em qualquer cultura. Há todo um conjunto de regras, estéticas ou ritualísticas, para essa manipulação da aparência. As crianças aprendem cedo a administrar adequadamente a sua aparência. A manipulação adequada da aparência pode ter importantes conseqüências, conforme demonstram estudos realizados nessa área. A aplicação adequada do cosmético pode influenciar não só a percepção que os outros têm da pessoa, como também pode melhorar a imagem corporal dela própria (Cash, Dawson, Davis, Bowen e Galumbeck, 1989).

Apesar de toda essa importância que se dá à aparência física e particularmente ao rosto, temos observado a existência de um descuido persistente com relação à aparência física de deficientes que pertencem a certas categorias. Na educação do deficiente visual, por exemplo, há alguma atenção especial para ensinar-lhe a manter aparência física adequada, mediante cuidados com a roupa, o rosto, o cabelo, a postura, etc. Entretanto, já com o deficiente mental, por exemplo, há descuido quase intencional com a questão da aparência física. Tenta-se ensinar-lhe uma série de habilidades de autocuidado, esquecendo-se porém, muitas vezes, de incluir aí cuidados com a aparência física. Enfatiza-se a habilidade para vestir diferentes peças de roupa, abotoar e desabotoar, amarrar e desamarrar sapatos, calçar meia, etc., mas não se dá a mesma importância para a habilidade de cuidar do aspecto estético da utilização de diferentes peças do vestuário.

Essa negligência com a aparência do deficiente mental pode até significar, segundo Vash (1988), um esforço intencional para se desencorajar o comportamento de acasalamento dele. Intencional ou não, esse descuido com a aparência do deficiente evidentemente traz uma série de conseqüências adversas para ele, no sentido de consolidar e eventualmente até exacerbar o estigma do deficiente, para as pessoas que associam a deficiência com o desleixo ou descuido com a aparência, ou até mesmo com a feiúra e deformidades.

Preocupado com essa situação, há alguns anos iniciamos estudos sobre a aparência física e a competência da pessoa. O nosso interesse recaiu, inicialmente, sobre a importância do rosto e particularmente sobre a atratividade física facial (Omote, 1988a, 1988b e 1989). Outras características ou propriedades da face humana, estudadas por numerosos investigadores, tais como a expressão facial de emoções (Ekman e Friesen, 1975; Silva, 1987), tamanho da pupila (Hess, 1965; Hess e Petrovich, 1978; Otta, 1983) e direção do olhar (Cook, 1977; Kendon, 1967), não estão sendo consideradas nos nossos estudos.

A atratividade física facial (AFF) já demonstrou ser uma importante variável que influencia a percepção e relações interpessoais em uma ampla variedade de situações, tais como

na formação de impressão a respeito da pessoa (Dion, Berscheid e Walster, 1972; Miller, 1970), na formação de casais (Berscheid, Dion, Walster e Walster, 1971; Feingold, 1988) ou na tomada de decisão por parte do júri no processo de julgamento de um réu (Efran, 1974; Stephan e Tully, 1977).

Duas dessas situações onde os efeitos da AFF têm sido estudados serão consideradas a seguir. Referem-se a efeitos da AFF na percepção e relação interpessoal em situação escolar e na atribuição de desvios ou comportamentos desviantes.

Atratividade física facial no contexto escolar

No primeiro dia de aula, quando o professor entra pela primeira vez em contato com as crianças que serão seus alunos durante o ano, inicia-se um processo no qual o professor forma impressão a respeito de cada um de seus alunos. Essa impressão inicial orienta a percepção que o professor tem do aluno e a interação que ele mantém com esse aluno. Em função dessa interação, aquela impressão inicial pode modificar-se ou permanecer inalterada; gradualmente se alcança uma situação na qual o professor tem uma imagem, conceito e avaliação razoavelmente consolidados acerca de cada um de seus alunos.

A impressão que o professor forma inicialmente a respeito de cada um de seus alunos depende em parte de algumas informações de que ele dispõe acerca de cada aluno, seja através do prontuário seja através do relato de alguém. Depende também da aparência de cada aluno, uma vez que essa aparência informa muita coisa acerca dele. Convencido da importância que tem a aparência da criança sobre o julgamento que o professor faz a respeito dela, Clifford e Walster (1973) realizaram um estudo para investigar a relação entre a AFF de alunos e o julgamento de professores acerca do potencial educacional e do potencial social desses alunos. Os professores receberam um relatório contendo informações sobre o desempenho escolar de um aluno, acompanhado da fotografia de uma criança. Quatrocentos e quatro professores fizeram uma estimativa do potencial educacional (compreendendo o nível intelectual, a carreira escolar futura e o interesse dos pais pelo desempenho escolar) e o potencial social (provável sucesso com companheiros de classe) desse aluno. Os resultados demonstraram que crianças atraentes foram avaliadas como se possuísem melhor potencial educacional e potencial social que crianças não atraentes.

Mesmo quando está envolvida importante decisão como encaminhamento a classe especial, o julgamento do professor pode sofrer influência do grau de atratividade física do aluno. Ross e Salvia (1975) entregaram a 76 professores de escolas elementares relatório de um estudo de caso acompanhado de fotografia de uma criança (menino ou menina, atraente ou não atraente). O estudo de caso, que era fictício, referia-se a menino ou menina, com desempenho escolar abaixo da média, QI de 78, alguma evidência de imaturidade e nenhum problema significativo de comportamento. Após examinar o relatório, os professores foram solicitados a opinar se a colocação em classe especial para deficiente mental educável seria adequada para essa criança. Os professores concordaram com a colocação em classe especial para deficiente mental educável significativamente mais para criança não atraente do que para criança atraente. Além disso, os professores apontaram também que a criança não atraente encontraria significativamente mais dificuldades na futura avaliação psicológica, nas relações com colegas e nas atividades acadêmicas, comparativamente à criança atraente.

Kenealy, Frude e Shaw (1988) estudaram a avaliação de 1.006 crianças de 11 e 12 anos, feita por seus respectivos professores. Essa avaliação incluía, além da medida da AFF, o julgamento feito pelo professor sobre o quanto cada um de seus alunos era um líder, seguro, popular, academicamente brilhante e sociável. Os autores encontraram correlações positivas significantes entre a avaliação da AFF e a avaliação de cada uma dessas variáveis. Os alunos avaliados como atraentes foram também avaliados como sendo líderes, seguros, populares, academicamente brilhantes e sociáveis, mais do que alunos avaliados como pouco atraentes pelos respectivos professores.

A atratividade física parece influenciar o julgamento até mesmo de profissionais possivelmente mais bem treinados que os professores para a tarefa de tomar decisões e fazer previsões a partir da leitura de um laudo psicológico. No estudo conduzido por Elovitz e Salvia (1982), 324 psicólogos escolares, divididos em quatro grupos em função do sexo e grau de AFF da criança (atratividade alta ou atratividade baixa), receberam uma cópia do relatório contendo resultados de uma série de avaliações da criança, acompanhado de uma fotografia, e responderam a 9 perguntas sobre a criança do laudo. Foram verificados efeitos significantes da AFF da criança sobre os julgamentos dos psicólogos escolares. A colocação em classe especial para deficiente mental foi recomendada mais freqüentemente quando a criança da fotografia era de atratividade baixa e a colocação em classe especial para alunos portadores de distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem foi mais freqüentemente recomendada quando a criança da fotografia era de atratividade alta. Isto sugere que condições não acentuadamente estigmatizantes como distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem parecem ser aceitáveis para crianças com AFF alta, mas a condição de deficiência mental, que é muito mais estigmatizante, parece menos aceitável para essas crianças, atribuindo-a a crianças com AFF baixa. A investigação de Elovitz e Salvia (1982) mostrou, ainda, segundo a percepção dos psicólogos escolares que leram o laudo acompanhado de fotografia de crianças, que as crianças com alta atratividade poderiam ser integradas em classes regulares mais facilmente que as crianças com baixa atratividade, e que estas poderiam apresentar mais dificuldades na relação com colegas e poderiam ter pobre desempenho numa futura avaliação psicológica.

Nas investigações de Clifford e Walster (1973), Ross e Salvia (1975), Kenealy, Frude e Shaw (1988) e Elovitz e Salvia (1982), os efeitos da atratividade física facial de crianças foram estudados em relação a julgamentos que professores e psicólogos escolares fizeram a respeito de diferentes aspectos dessas crianças. Em situação natural de interação entre o professor e seus alunos também se evidenciariam esses efeitos da AFF? Se a interação professor-aluno também sofre influência da AFF do aluno, levanta-se a possibilidade de a natureza dessa interação, favorável ou desfavorável em função da AFF do aluno, produzir resultados comportamentais diferenciados para alunos atraentes e alunos não atraentes.

Adams e Cohen (1974) estudaram a interação entre professor e alunos em classes de Jardim de Infância, 4ª série e 7ª série, para verificar possíveis efeitos de características dos alunos, incluindo aí a sua AFF, sobre a interação professor-aluno, durante as atividades normais de sala de aula. Os resultados mostraram que não houve efeito principal da AFF sobre a interação, mas houve efeito significativo da interação desta variável com a série escolar das classes.

Num estudo semelhante, Algozzine (1976) observou a interação de 11 professores de escolas elementares com seus respectivos alunos, durante aula de artes. Completadas as

observações, os professores responderam a um questionário, incluindo avaliação da AFF de seus alunos. A análise dos resultados revelou que as crianças avaliadas como atraentes foram as que receberam significativamente mais interações positivas de seus professores.

Os resultados encontrados por Adams e Cohen (1974) e Algozzine (1976) permitem admitir que não só em situação especialmente montada para os professores realizarem julgamentos específicos mas também em situações reais do cotidiano de interação na sala de aula ocorrem influências da AFF do aluno. Tal influência ocorre no sentido de crianças com atratividade alta serem favorecidas com interações positivas, comparativamente a crianças com atratividade baixa.

Se alunos atraentes podem ser alvos de interações positivas por parte dos professores, pode-se esperar que o seu desempenho escolar seja melhor que o de alunos não atraentes. Salvia, Algozzine e Sheare (1977) estudaram o desempenho escolar de 84 crianças, de ambos os sexos, pertencentes a 3ª, 4ª e 5ª séries. De cada um dos 6 grupos de sexo e série combinados (por exemplo, 3ª série/sexo masculino), foram escolhidas 7 crianças mais atraentes e 7 crianças menos atraentes. As notas de avaliações e os resultados do *Iowa Test of Basic Skills* dessas 84 crianças foram obtidos dos respectivos prontuários. A análise mostrou que houve efeito principal da AFF sobre as notas dos alunos, mostrando que crianças atraentes tinham notas melhores nos seus boletins que as crianças não atraentes. Com relação aos escores do *Iowa Test of Basic Skills*, a AFF isoladamente não teve nenhum efeito significativo, mas houve efeito significativo da interação entre AFF e série escolar, mostrando que somente na 4ª série as crianças atraentes obtiveram escore significativamente superior ao das crianças não atraentes.

Os resultados encontrados por Salvia, Algozzine e Sheare (1977) podem tanto sugerir que há viés sistemático na atribuição de notas por parte dos professores, privilegiando as crianças atraentes, quanto indicar que tais notas são mais sensíveis que *Iowa Test of Basic Skills* para acusar diferenças no desempenho entre alunos atraentes e alunos não atraentes. Surge aqui, portanto, uma questão de capital importância. As qualidades percebidas nas pessoas atraentes ou não atraentes são realidades comportamentais ou simplesmente estereótipos acerca de pessoas bonitas ou pessoas feias? Muitos dos estudiosos desta área têm tratado tais qualidades como sendo meramente estereótipos. Afinal, os alunos atraentes, no estudo de Salvia, Algozzine e Sheare (1977), tinham de fato melhores desempenhos escolares que os alunos não atraentes? Os dados desse estudo não nos permitem apontar uma resposta para tal questão.

Preocupados com questões dessa natureza, Langlois e Downs (1979) observaram o comportamento de díades formadas por 64 crianças de ambos os sexos, pertencentes a dois grupos de idade (3 e 5 anos). As díades foram formadas em função da AFF das crianças e as observações foram realizadas em situações de brincar. Os resultados evidenciaram a existência de algumas importantes diferenças comportamentais entre crianças atraentes e as não atraentes. Os autores sugeriram que as diferenças apontadas entre as pessoas atraentes e as não atraentes seriam realidades comportamentais e não estariam somente nos "olhos de quem vê".

Evidência mais conclusiva da existência de diferenças reais entre pessoas atraentes e não atraentes foi encontrada por Goldman e Lewis (1977). Esses autores utilizaram 120 estudantes universitários de ambos os sexos. Cada sujeito manteve conversa por telefone com 3 parceiros de sexo oposto. Cada conversa telefônica durou 5 minutos. Após cada conversa, os sujeitos avaliaram o seu parceiro quanto a competência social e seu desejo de interagir com ele no futuro. Os autores encontraram correlação positiva significativa entre o grau de AFF dos parceiros com

os quais os sujeitos interagiram e a competência social que a eles atribuíram. Para os sujeitos do sexo feminino, foi também encontrada correlação positiva significativa entre a AFF dos parceiros e o desejo manifestado pelos sujeitos de manter interação com eles. Portanto, pode-se admitir que, quanto mais atraentes forem as pessoas, parecem mais capazes de levar os parceiros a fazerem uma avaliação favorável da competência social e desejarem manter interação. Tudo isto ocorreu sem que os sujeitos e seus parceiros pudessem olhar um para o outro e, portanto, não tinham acesso a AFF um do outro.

Tanto Langlois e Downs (1979) quanto Goldman e Lewis (1977) discutiram a existência de diferenças comportamentais reais entre pessoas atraentes e não atraentes em termos da possibilidade de terem operado o mecanismo da profecia auto-realizadora. As pessoas podem esperar maior competência da parte de crianças atraentes, as quais podem cedo encontrar um ambiente estimulador mais adequado, como também podem aprender elas próprias os estereótipos associados à atratividade física, desenvolvendo, em decorrência disso, comportamentos considerados adequados e competentes. Na realidade, podem estar operando tanto o mecanismo da profecia auto-realizadora quanto o estereótipo cultural baseado na atratividade física. Pessoas atraentes podem ter história de vida com estimulação e oportunidades mais adequadas para o desenvolvimento da competência social e, ao mesmo tempo, serem percebidas como mais competentes que pessoas não atraentes.

As crianças atraentes podem ser julgadas por seus professores ou até mesmo por psicólogos escolares como sendo academicamente mais competentes que crianças não atraentes. Podem também ser alvos de interações mais favoráveis por parte de seus professores. Talvez como consequência disso, pelo menos em parte, as crianças atraentes parecem de fato mais competentes e adequadas que crianças não atraentes. Seguindo essa linha de raciocínio, na Educação Especial, poderia esperar que crianças atraentes não seriam simplesmente clientes potenciais dos serviços especializados. Entretanto, a relação entre a atratividade física e a competência parece ser um fenômeno um pouco mais complexo. Há algumas indicações que sugerem que o viés introduzido pela atratividade física não se limita simplesmente a caracterizar a pessoa atraente como mais competente que a não atraente.

De um modo aparentemente contraditório à primeira vista, as crianças atraentes podem ser encaminhadas mais freqüentemente para serviços especializados que as crianças não atraentes. É o que mostra o estudo realizado por Barocas e Black (1974). Esses autores estudaram 100 crianças que freqüentavam a 3ª série e eram alunos de 4 diferentes professoras. Foi feita a avaliação da AFF e foram consultados os respectivos prontuários para verificar a existência de encaminhamentos a algum tipo de serviço complementar. Foram encontrados 21 encaminhamentos motivados por diferentes problemas, sendo 14 de fala, 5 de leitura, 1 psicológico e 1 de aprendizagem. A análise mostrou que crianças atraentes haviam sido mais freqüentemente encaminhadas a tais serviços que crianças não atraentes. Pelo menos em parte, o resultado parece poder ser explicado pela natureza dos serviços especiais para os quais foram feitos os encaminhamentos. Esses serviços parecem poder ser interpretados como educacionalmente úteis para os alunos, ajudando-os a superarem alguma dificuldade na escola, e parecem pouco estigmatizantes; parece pouco provável que alunos a eles encaminhados sejam levados ao descrédito social.

No estudo realizado por Elovitz e Salvia (1982), os psicólogos escolares haviam recomendado a colocação em classes especiais para deficientes mentais mais freqüentemente para

alunos não atraentes e a colocação em classes especiais para portadores de distúrbios emocionais ou distúrbios de aprendizagem mais frequentemente para alunos atraentes. Além disso, os psicólogos previram que alunos atraentes seriam integrados em classes regulares mais facilmente que alunos não atraentes. Assim, alunos atraentes podem ter sido mais frequentemente encaminhados a serviços complementares, no estudo de Barocas e Black (1974), porque esses serviços eram pouco estigmatizantes e porque os professores esperavam um melhor aproveitamento justamente de alunos atraentes.

Um estudo realizado no contexto clínico de aconselhamento fornece resultado interessante a esse propósito. Barocas e Vance (1974) estudaram a previsão de resultados de aconselhamento, feita por conselheiros de um serviço de aconselhamento destinado a estudantes universitários. Os resultados encontrados mostraram uma correlação positiva significativa entre atratividade física dos clientes e o resultado prognóstico do atendimento. Quanto mais atraente era o cliente mais favorável era o resultado do atendimento previsto pelo conselheiro.

Esses estudos todos permitem concluir que a AFF do aluno pode desempenhar importante papel no julgamento que o professor faz da competência intelectual, acadêmica e social dele, bem como na natureza da interação que o professor mantém com esse aluno na sala de aula. O aluno atraente pode, em princípio, ser visto como mais competente e ser alvo de interações mais positivas do professor. Entretanto, uma vez detectadas dificuldades dos alunos ou percebidos estes como portadores de tais dificuldades, o encaminhamento a serviços especiais pode privilegiar alunos atraentes, especialmente quando tais serviços não têm caráter altamente segregador e estigmatizante. Parece existir, portanto, expectativa favorável de recuperação ou superação das dificuldades, através de atendimentos especializados, associada à AFF alta. Essas tendências todas provavelmente precisam ser interpretadas como fazendo parte integrante do mecanismo global de funcionamento da instituição escolar e não meramente como fenômenos psicossociais que ocorrem na relação entre o professor e o aluno no processo ensino-aprendizagem que se dá no interior da sala de aula.

Atratividade física facial e atribuição de desvios ou comportamentos desviantes

A associação que se faz entre a atratividade física facial e a competência ocorre também em relação a categorias bem definidas e nem sempre suficientemente bem conhecidas de condições tratadas como desvios. Hansson e Duffield (1976) demonstraram que homens e mulheres não atraentes foram apontados como portadores de epilepsia significativamente mais vezes que os atraentes.

Jones, Hansson e Phillips (1978) demonstraram que pessoas não atraentes foram mais frequentemente percebidas como portadoras de distúrbios psicológicos que as pessoas atraentes. Isto aconteceu mesmo da parte dos sujeitos que tinham conhecimento de Psicologia do Anormal. Analisando as razões anotadas pelos sujeitos para a indicação de determinadas fotografias como sendo de pessoas com distúrbios psicológicos, os autores verificaram que cerca de 15% dos sujeitos fizeram referência a algum aspecto da aparência física, mas ninguém se referiu especificamente à atratividade física.

Esses autores fizeram um estudo complementar onde os sujeitos foram avisados de

que a atratividade física não tinha nada a ver com distúrbios psicológicos e de que, portanto, concentrassem atenção em outros indicadores. Ainda assim, foi verificada uma associação significativa entre o grau de atratividade física e o grau de distúrbio psicológico atribuído. Nestas condições de advertência em relação à atratividade física, essa associação significativa foi observada apenas para sujeitos masculinos, ao passo que no estudo inicial, quando não foram os sujeitos advertidos a esse respeito, tanto os sujeitos masculinos quanto os femininos atribuíram distúrbios psicológicos significativamente em função do grau de AFF.

A investigação de Jones, Hansson e Phillips (1978) trouxe importante contribuição no sentido de mostrar a força que tem a atratividade física para influenciar a percepção de outras características da pessoa. O fato de os sujeitos terem ou não conhecimento da Psicologia do Anormal, como também o fato de serem alertados ou não acerca da independência entre a atratividade e os distúrbios psicológicos não quebraram a associação entre essas características na percepção desses sujeitos. O estudo de Elovitz e Salvia (1982), já referido anteriormente, veio acrescentar mais evidências nesse sentido ao demonstrar que até mesmo os psicólogos escolares tendem a avaliar mais desfavoravelmente as crianças de baixa atratividade, comparativamente às de alta atratividade.

Uma condição que mereceu alguma atenção foi a de adesão ao movimento de liberação feminina, talvez porque esse movimento mobilizou fortes sentimentos, tanto positivos quanto negativos. Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975) realizaram estudos para verificar que relação poderia existir entre adesão ao movimento feminista e a atratividade física. Inicialmente, os autores demonstraram que a AFF de mulheres favoráveis ao movimento feminista não era diferente da AFF de mulheres contrárias ao movimento feminista. No segundo estudo, os autores instruíram seus sujeitos de ambos os sexos a identificarem, dentre as 30 fotografias utilizadas no primeiro estudo, 15 mulheres favoráveis ao movimento feminista e 15 contrárias ao movimento. Foram identificadas como sendo favoráveis ao movimento feminista significativamente mais mulheres com AFF baixa, tanto por parte de sujeitos masculinos quanto por parte de sujeitos femininos. Além disso, os resultados evidenciaram que não havia qualquer associação entre a atitude dos sujeitos em relação ao movimento feminista e a AFF das mulheres que eles apontaram como sendo favoráveis ou contrárias ao movimento feminista. Portanto, o estudo de Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975) sugere a conclusão de que a associação entre a AFF e adesão ou não ao movimento feminista está na percepção das pessoas. Sugere também que tal associação percebida não é função da atitude da pessoa em relação ao movimento feminista, mas pode ser resultado de algum preconceito mais amplo em relação à condição de mulher.

Apesar de atribuírem a condição de “feminista” mais freqüentemente a mulheres de AFF baixa que as de AFF alta, os sujeitos precisam confrontar-se, no cotidiano, com situações onde mulheres de AFF alta defendem o movimento de liberação feminina. Como, então, esses sujeitos resolvem essa discrepância em relação a seus estereótipos e crenças acerca de mulher feminista? Jacobson e Koch (1978) procuraram responder a essa questão.

No seu estudo, esses autores apresentaram 20 fotografias de mulheres, sendo 10 atraentes e 10 não atraentes, para que os sujeitos apontassem, numa lista de 8 itens, sendo 4 positivos e 4 negativos, a razão principal por que cada uma dessas 20 mulheres eram feministas. Os resultados mostraram que, para mulheres com AFF alta, os sujeitos, tanto masculinos quanto femininos, indicaram mais freqüentemente razões positivas para a sua adesão ao movimento

feminista, comparativamente às mulheres com AFF baixa.

Segundo os resultados do estudo de Jacobson e Koch (1978), quando mulheres atraentes estão engajadas em uma condição considerada desviante, o feminismo, as pessoas justificam essa adesão em termos de razões positivas, ao passo que, para explicar a adesão por parte de mulheres não atraentes, são utilizados argumentos negativos. Os autores apontaram que mulheres não atraentes poderiam ser vistas como se necessitassem do feminismo por não conseguirem desempenhar plenamente o papel convencional de mulher. Por outro lado, a adesão ao movimento por parte de mulheres atraentes poderia ser vista não como uma *necessidade* mas como uma *vontade*. Essas mulheres estariam apoiando o movimento feminista por desejarem promover os valores humanos, a igualdade, o respeito mútuo, etc.

A associação entre baixa atratividade e adesão ao movimento feminista, segundo a percepção dos sujeitos, não foi encontrada no estudo realizado por Unger, Hilderbrand e Madar, em 1982. Usando basicamente o mesmo procedimento de Goldberg, Gottesdiener e Abramson, o estudo de Unger, Hilderbrand e Madar não evidenciou qualquer diferença significativa entre o grau de AFF de mulheres apontadas como feministas e o de mulheres apontadas como não feministas. Esses autores utilizaram também, num segundo estudo, fotografias de homens e não encontraram qualquer associação percebida entre a AFF e adesão ao movimento feminista. Aparentemente, para os sujeitos utilizados nesse estudo, a condição de "feminista" não se caracterizava como uma condição desviante. Talvez nesse curto espaço de tempo, entre 1975 e 1982, o movimento de liberação feminina tivesse deixado de ser visto com preconceito e, conseqüentemente, a condição de "feminista" não tivesse mais o mesmo sentido de desvio, pelo menos para a população de jovens universitários.

O estudo de Unger, Hilderbrand e Madar (1982) não confirmou os achados de Goldberg, Gottesdiener e Abramson (1975), de que as pessoas com baixa atratividade física tivessem probabilidade maior de serem identificadas como feministas, comparativamente a pessoas de alta atratividade física. Entretanto, trouxe importantes revelações em relação a outras condições desviantes. Tanto os sujeitos masculinos quanto os femininos indicaram mulheres de baixa AFF como sendo politicamente radicais, mais freqüentemente que as de alta AFF. O mesmo resultado foi encontrado quando foram utilizadas fotografias de homens. Com relação à condição de homossexual, os sujeitos de ambos os sexos indicaram mulheres de baixa AFF mais freqüentemente que as de alta AFF. Entretanto, quando foram utilizadas fotografias de homens, somente sujeitos femininos indicaram os homens de baixa AFF como sendo homossexuais, mais freqüentemente que os de alta AFF. Para os sujeitos masculinos, não houve essa diferenciação entre homossexuais e heterossexuais com base na AFF. Por fim, os sujeitos de ambos os sexos apontaram homens de baixa AFF como sendo pessoas que aspiravam a ocupações tipicamente femininas, mais freqüentemente que os de alta AFF. Entretanto, quando foram apresentadas fotografias de mulheres, não foi verificada nenhuma relação significativa entre a AFF dessas mulheres e a natureza da ocupação.

Todos esses estudos nos permitem extrair uma importante conclusão. Mesmo com uma série de variações metodológicas, esses estudos consistentemente demonstraram que a baixa atratividade física facial está associada a avaliação negativa da pessoa. Pessoas não atraentes, comparativamente às atraentes, têm probabilidade maior de serem vistas como sendo desajustadas psicologicamente (Jones, Hansson e Phillips, 1978), portadoras de epilepsia (Hansson e Duffield,

1976), homossexuais ou politicamente radicais (Unger, Hilderbrand e Madar, 1982) e feministas (Goldberg, Gottesdiener e Abramson, 1975). Se as pessoas de alta atratividade física forem apontadas como desviantes, podem ser indicadas razões para o seu comportamento desviante, que enaltecem as suas qualidades positivas, em vez das que podem evidenciar as qualidades negativas (Jacobson e Koch, 1978). Se as pessoas de alta atratividade forem identificadas como desviantes e encaminhadas a serviços especializados, o prognóstico para elas pode ser mais favorável que para as de atratividade baixa nas mesmas condições de tratamento (Barocas e Vance, 1974).

Administração da aparência e competência

Os resultados das pesquisas sobre os efeitos da atratividade física facial, no contexto de escolarização e desempenho escolar de crianças e no de atribuição de desvios, mostram, no conjunto, que a aparência física tem importante papel na avaliação da competência e da normalidade que as pessoas fazem acerca de alguém. Considerando que a impressão inicialmente formada a respeito de alguém orienta a percepção e as ações em relação a ele, pode ser extremamente importante incluir como parte dos objetivos de educação de pessoas deficientes o cuidado com a aparência.

De certa forma isto já é feito com alguns deficientes, como os deficientes visuais. Por outro lado, com relação a outros deficientes, como os deficientes mentais, observa-se uma negligência quase propositada com relação a essa questão. Com o deficiente mental, enfatiza-se a importância de ensinar habilidades motoras de vestir, abotoar, dar nó, escovar os dentes, etc., mas pouca importância costuma ser dada à habilidade de escolher roupa adequada para cada ocasião, combinar adequadamente as peças do vestuário, manter expressão facial e postura adequadas, etc., isto é, não se ensina o deficiente a administrar adequadamente a sua aparência física.

Entendendo que o vestuário pode constituir-se também em barreira para a integração social do deficiente, se a sua utilização descuidada torna evidente a aparência grotesca ou de desleixo, ou se as peças não adaptadas forem desconfortáveis, alguma atenção tem sido dada a essa questão por alguns pesquisadores (Feather, Martin e Miller, 1979; Kaiser, Freeman e Wingate, 1985). A questão da necessidade de adequação do vestuário, tanto no sentido de melhorar a aparência quanto no de prover conforto ao usuário, é acentuadamente mais crítica em relação a deficientes físicos que apresentam alterações expressivas no seu físico em decorrência de deformidades ou amputações. Essas deformidades, quase sempre bastante visíveis e normalmente interpretadas como sendo feias, podem constituir-se em barreiras para as relações interpessoais, sobretudo nos contatos iniciais. Entretanto, esse efeito pode ser reduzido, se o deficiente se vestir de modo elegante e atraente, que acentue os aspectos normais da pessoa.

Mediante administração dos aspectos da sua aparência, através do vestuário, o deficiente participa ativamente do processo de rotulação dele (Kaiser, Freeman e Wingate, 1985). Na realidade, essa participação que o deficiente tem no processo de sua própria rotulação já de longa data vem sendo apontada por alguns estudiosos (Davis, 1961; Levitin, 1975), porém com referência à manipulação da interação pelo deficiente, que se comporta de um modo a acentuar a sua normalidade, inclusive mediante administração das informações acerca da sua condição especial. O estudo de Kaiser, Freeman e Wingate (1985) traz uma contribuição no sentido de apontar a necessidade de olhar para o vestuário. O vestuário preferido dos sujeitos deficientes

parece ser aquele de estilo tal que apresenta a pessoa como a mais normal possível.

Ensinar o deficiente a administrar a sua aparência física, no sentido de obter maior oportunidade de contatos e experiências sociais, através dos cuidados com o vestuário, é certamente uma tarefa que não deve requerer nenhuma intervenção realmente especial. Tal habilidade é ensinada normalmente a qualquer criança de modo completamente informal. Apenas em relação a deficientes físicos, que apresentam alterações expressivas no corpo ou utilizam recursos especiais, parece necessária uma intervenção especial.

Intervenções muito mais dramáticas têm sido feitas para administrar a aparência física de tal modo a propiciar experiência social necessária à pessoa e melhorar o seu autoconceito. Cirurgias corretivas de deformidades crânio-faciais, feitas com tal propósito, têm sugerido bons resultados em termos de melhoria no funcionamento social geral da pessoa portadora dessas deformidades (Phillips e Whitaker, 1979). Essas cirurgias são feitas não só nos casos de deformidades adquiridas em decorrência de algum traumatismo, como acidentes e queimaduras, mas também em relação a deformidades congênitas. No grupo de pacientes estudados por Phillips e Whitaker, havia 17 casos de disostose cranio-facial, 15 casos de hipertelorismo e 10 portadores de síndrome de *Treacher Collins*.

A síndrome de Down é uma condição de ocorrência bastante frequente e o seu portador apresenta todo um conjunto de características físicas imediatamente visíveis que podem levar as pessoas a identificarem-no facilmente como deficiente. Os portadores da síndrome de Down têm sido comumente vistos através de estereótipos e, por causa da aparência evidente de anomalia, facilmente podem ser subestimadas as suas competências em diversas áreas. Isso ocorre de modo gritante, por exemplo, na área escolar: o portador da síndrome de Down é visto como "treinável" e conseqüentemente como não educável, o que lhe impede muitas vezes de ter acesso à escolarização, independentemente das suas capacidades intelectuais e sociais para freqüentar escola. Essa percepção e expectativa associada podem estar firmemente presentes nas relações dos outros com cada criança portadora da síndrome de Down, justamente porque a presença dessa condição, com evidente aparência física de anomalia, é imediata e irrecusavelmente visível.

Em diversos programas de intervenção global destinados aos portadores da síndrome de Down, está hoje incluída a possibilidade de realizar cirurgia facial, com a finalidade não só de corrigir algum pequeno defeito para melhorar a funcionalidade, como também a de eliminar ou reduzir algumas características faciais que evidenciam a presença da anomalia para melhorar a aparência. Analisando as experiências nessa área, Mearig (1985) admitiu que a minimização das características faciais que evidenciam a síndrome de Down pode contribuir para melhorar a integração social e o autoconceito do deficiente, bem como aumentar as expectativas que os outros têm da realização dele. Alertou a autora, no entanto, que os programas de aprendizagem são sempre mais importantes, de modo que não se deve esperar melhora expressiva apenas com tais cirurgias corretivas.

Uma criança que possui aparência de normalidade tem seguramente uma boa garantia de poder iniciar a construção de um ambiente normal que pode favorecer o desenvolvimento normal. Se ela possuir aparência de competente, incluindo aí alta AAF entre outras qualidades, o ambiente que ela constrói pode favorecer o desenvolvimento de muitas competências. Se, por outro lado, possuir a aparência de incompetente, incluindo aí baixa AAF entre outras qualidades, o seu ambiente pode favorecer o desenvolvimento de muitas incompetências.

Evidentemente, a aparência física da criança é apenas um dentre inúmeros determinantes da reação do seu meio. Além disso, todo o seu desenvolvimento também é multideterminado. Entretanto, forte associação entre boa aparência e competência existe na percepção das pessoas e, nessa medida, essa associação pode tornar-se realidade através de mecanismos psicossociais como o da profecia auto-realizadora.

As investigações realizadas nessa área produziram conhecimentos que, no mínimo, alertam para a necessidade de dar atenção a duas questões. Uma delas diz respeito à necessidade de aberta e deliberadamente tratar da questão da aparência física das pessoas em todas as situações de intervenção e de pesquisa, seja na área da educação seja na da saúde, onde, talvez em função de determinadas características da clientela, estereótipos e primeiras impressões podem orientar fortemente o curso da ação em relação às pessoas. A negligência histórica, na Psicologia, com a aparência física como um importante determinante da natureza das relações interpessoais, e portanto indiretamente da competência ou incompetência, precisa ser abandonada.

Outra questão diz respeito à necessidade de incluir estudo sobre problemas dessa natureza na formação de profissionais que irão atuar nessas situações onde estereótipos e primeiras impressões podem prevalecer. Isso é necessário para que o profissional aprenda a interpretar corretamente a sua própria percepção e reações, que podem estar baseadas na aparência física dos usuários de seus serviços.

O nosso desconforto em incluir a discussão sobre a beleza nos nossos discursos científicos deve ceder lugar à realidade social da beleza como talento, para que mesmo alunos ou pacientes cuja aparência não promete muito possam aprender ou recuperar-se de uma doença, conforme suas outras condições diretamente relacionadas à aprendizagem ou à recuperação permitirem e em função de procedimentos educacionais ou terapêuticos rigorosamente prescritos e administrados. Enfim, cabe também à Educação Especial criar condições para que, no seu devido tempo, os patinhos feios tornem-se lindos cisnes.

Referências

- Adams, G. R. & Cohen, A. S. (1974) *Children's physical and interpersonal characteristics that effect student-teacher interactions*. *Journal of Experimental Education*, 43, 1-5.
- Algozzine, R. F. (1976) *Attractiveness as a biasing factor in teacher-pupil interactions*. *Dissertation Abstracts International*, 36, 7059-A.
- Argyle, M. (1976) *A interação social: relações interpessoais e comportamento social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Traduzido do original inglês de 1969 por Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes.
- Barocas, R. & Black, H. K. (1974) *Referral rate and physical attractiveness in third-grade children*. *Perceptual and Motor Skills*, 39, 731-734.
- Barocas, R. & Vance, F. L. (1974) *Physical appearance and personal adjustment counseling*. *Journal of Counseling Psychology*, 21, 96-100.
- Bartel, N. R. & Guskin, S. L. (1980) *A handicap as a social phenomenon*. In W. M. Cruickshank (Ed.) *Psychology of Exceptional Children and Youth*. Fourth Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, pp.45-73.
- Becker, H. S. (1977) *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Traduzido do

- original norte-americano de 1976 por Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes.
- Berscheid, E., Dion, K., Walster, E. & Walster, G. W. (1971) *Physical attractiveness and dating choice: A test of the matching hypothesis*. *Journal of Experimental Social Psychology*, 7, 173-189.
- Cash, T. F., Dawson, K., Davis, P., Bowen, M. & Galumbeck, C. (1989) *Effects of cosmetics use on the physical attractiveness and body image of american college women*. *Journal Social Psychology*, 129, 349-355.
- Clifford, M. M. & Walster, E. (1973) *The effect of physical attractiveness on teacher expectations*. *Sociology of Education*, 46, 248-258.
- Cook, M. (1977) *Gaze and mutual gaze in social encounters*. *American Scientist*, 65, 328-333.
- Davis, F. (1961) *Deviance disavowal: The management of strained interaction by the visibly handicapped*. *Social Problems*, 9, 120-132.
- Dion, K., Berscheid, E. & Walster, E. (1972) *What is beautiful is good*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 285- 290.
- Efran, M. G. (1974) *The effect of physical appearance on the judgment of guilt, interpersonal attraction, and severity of recommended punishment in a simulated jury task*. *Journal of Research in Personality*, 8, 45-54.
- Ekman, P. & Friesen, W. V. (1975) *Unmasking the face*. New Jersey: Prentice Hall.
- Elovitz, G. P. & Salvia, J. (1982) *Attractiveness as a biasing factor in the judgments of school psychologists*. *Journal of School Psychology*, 20, 339-345.
- Erikson, K. T. (1962) *Notes on the sociology of deviance*. *Social Problems*, 9, 307-314.
- Feather, B. L., Martin, B. B. & Miller, W. R. (1979) *Attitudes toward clothing and self-concept of physically handicapped and able-bodied university men and women*. *Home Economic Research Journal*, 7, 234-240.
- Feingold, A. (1988) *Matching for attractiveness in romantic partners and same-sex friends: A meta-analysis and theoretical critique*. *Psychological Bulletin*, 104, 226-235.
- Goldberg, P. A., Gottesdiener, M. & Abramson, P. R. (1975) *Another putdown of women?: Perceived attractiveness as a function of support for the feminist movement*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 113-115.
- Goldman, W. & Lewis, P. (1977) *Beautiful is good: Evidence that the physically attractive are more socially skillful*. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 125-130.
- Hansson, R. O. & Duffield, B. (1976) *Physical attractiveness and the attribution of epilepsy*. *Journal of Social Psychology*, 99, 233-240.
- Hepburn, J. R. (1975) *The role of audience in deviant behavior*. *Sociology and Social Research*, 59, 387-405.
- Hess, E. H. (1965) *Attitude and pupil size*. *Scientific American*, 212, 46-54.
- Hess, E. H. & Petrovich, S. B. (1978) *Pupillary behavior in communication*. In A. W. Siegman & S. Feldstein (Eds.) *Nonverbal Behavior and Communication*. Hillsdale: Erlbaum.
- Hobbs, N. (1974) *The Futures of Children: Categories, Labels, and Their Consequences*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Jacobson, M. B. & Koch, W. (1978) *Attributed reasons for support of the feminist movement as a function of attractiveness*. *Sex Roles*, 4, 169-174.
- Jones, W. H., Hansson, R. O. & Phillips, A. L. (1978) *Physical attractiveness and judgments of*

- psychopathology*. *Journal of Social Psychology*, 105, 79-84.
- Kaiser, S. B., Freeman, C. M. & Wingate, S. B. (1985) *Stigmata and negotiated outcomes: management of appearance by persons with physical disabilities*. *Deviant Behavior*, 6, 205-224.
- Kendon, A. (1967) *Some functions of gaze-direction in social interaction*. *Acta Psychologica*, 26, 22-47.
- Kenealy, P., Frude, N. & Shaw, W. (1988) *Influence of children's physical attractiveness on teacher expectation*. *Journal of Social Psychology*, 128, 373-383.
- Langlois, J. H. & Downs, A. C. (1979) *Peer relations as a function of physical attractiveness: The eye of the beholder or behavioral reality?* *Child Development*, 50, 409-418.
- Levitin, T. E. (1975) *Deviants as active participants in the labelling process: the visibly handicapped*. *Social Problems*, 22, 548-557.
- Mearig, J. S. (1985) *Facial surgery and an active modification approach for children with Down Syndrome: Some psychological and ethical issues*. *Rehabilitation Literature*, 46, 72-77.
- Mercer, J. R. (1973) *Labelling the Mentally Retarded: Clinical and Social System Perspectives on Mental Retardation*. Berkeley: University of California Press.
- Mercer, J. R. (1975) *Sociocultural factors in educational labelling*. In M. J. Begab & S. A. Richardson (Eds.) *The Mentally Retarded and Society: A Social Science Perspective*. Baltimore: University Park Press, pp. 141-157.
- Miller, A. G. (1970) *Role of physical attractiveness in impression formation*. *Psychonomic Science*, 19, 241-243.
- Neer, W. L., Foster, D. A., Jones, J. C. & Reynolds, D. A. (1973) *Socioeconomic bias in the diagnosis of mental retardation*. *Exceptional Children*, 40, 38-39.
- Omote, S. (1988) *Um procedimento de avaliação da atratividade física de crianças*. *Ciência e Cultura*, 40(7), Suplemento, p.936. (a)
- Omote, S. (1988) *Efeitos da atratividade física de crianças sobre a percepção de suas características*. *Ciência e Cultura*, 40(7), Suplemento, p.936. (b)
- Omote, S. (1989) *A importância do estudo da atratividade física facial*. *Anais da XIX Reunião Anual de Psicologia, da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, no prelo.
- Otta, E. (1983) *Expressão facial e tamanho da pupila*. *Psicologia*, 9, 19-33.
- Phillips, J. & Whitaker, L. A. (1979) *The social effects of craniofacial deformity and its correction*. *Cleft Palate Journal*, 16, 7-15.
- Ross, M. B. & Salvia, J. (1975) *Attractiveness as a biasing factor in teacher judgments*. *American Journal of Mental Deficiency*, 80, 96-98.
- Rubin, R. A., Krus, P. & Balow, B. (1973) *Factors in special class placement*. *Exceptional Children*, 39, 525-532.
- Salvia, J., Algozzine, R. & Sheare, J. B. (1977) *Attractiveness and school achievement*. *Journal of School Psychology*, 15, 60-67.
- Schneider, D. (1974) *Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio*. In G. Velho (Org.) *Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp.52-81.
- Silva, A. A. (1987) *Julgamento de expressões faciais de emoções: fidedignidade, erros mais frequentes e treinamento*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, (Tese de Doutorado).

- Steffensmeier, D. J. & Terry, R. M. (1973) *Deviance and respectability: An observational study of reactions to shoplifting*. *Social Forces*, 51, 417-426.
- Stephan, C. & Tully, J. C. (1977) *The influence of physical attractiveness of a plaintiff on the decisions of simulated jurors*. *Journal of Social Psychology*, 101, 149-150.
- Unger, R. K., Hilderbrand, M. & Madar, T. (1982) *Physical attractiveness and assumptions about social deviance: some sex-by-sex comparisons*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 8, 293-301.
- Vash, C. L. (1988) *Enfrentando a Deficiência*. São Paulo: Pioneira/EDUSP. Traduzido do original norte-americano de 1981 por Geraldo J. Paiva, M. Salete Fabio Aranha e Carmem L. R. Bueno.